



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

196
P

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração na Apelação/Reexame Necessário n. 0014227-66.2008.8.17.0001 (0267425-7)

Embargante: Estado de Pernambuco

Procurador: André Souza

Embargado: Aluizio de Moraes Ferreira

Advogado: Ana Patrícia Vieira de Almeida

Relator: Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REDISCUSSÃO DA LIDE. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS.

I - Conforme assente, os casos previstos para manifestação dos aclaratórios são específicos, de modo que somente são admissíveis quando houver, ainda que para efeito de prequestionamento, obscuridade, contradição ou omissão em questão (pontos controvertidos) sobre a qual deveria o órgão julgador pronunciar-se necessariamente.

II - Não se pode, por meio de embargos de declaração, obter modificação ou anulação do julgado, senão mero esclarecimento ou suprimento de lacuna, de forma a rechaçar quaisquer equívocos na interpretação ou execução do ato decisional.

III - Rejeição dos embargos. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer e rejeitar o recurso de integração, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 27 de MAIO de 2014.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

197
✓

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração na Apelação/Reexame Necessário n. 0014227-66.2008.8.17.0001 (0267425-7)

Embargante: Estado de Pernambuco

Procurador: André Souza

Embargado: Aluizio de Moraes Ferreira

Advogado: Ana Patrícia Vieira de Almeida

Relator: Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

RELATÓRIO

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo Estado de Pernambuco contra o Acórdão de fls. 166/167, emergente do recurso de Apelação nº 0267425-7, o qual foi, por unanimidade, desprovido.

O referido Acórdão encontra-se assim ementado:

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO. CONCURSO PÚBLICO. SOLDADO DA PMPE. EXAME DE SAÚDE. PRELIMINAR DE NULIDADE DE DECISÃO DE 1º GRAU EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DOS RÉUS A RESPEITO DOS EFEITOS INFRINGENTES APLICADOS AOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADA. PRECLUSÃO. ACUIDADE VISUAL. DEMONSTRAÇÃO DE ÍNDICES SUPERIORES AO MÍNIMO PREVISTO NO EDITAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ART. 20, §§ 3º e 4º, DO CPC - RAZOABILIDADE DO VALOR FIXADO.

1. Em que pese se reconheça a nulidade absoluta decorrente da ausência de intimação pessoal do embargado quanto aos efeitos infringenciais aplicados a embargos declaratórios, tem-se em vista que a parte não se manifestou no primeiro momento oportuno quanto à referida nulidade, de forma a ter seu direito precluído, nos termos do ar. 245, CPC. Preliminar afastada. Precedentes do STJ e desta e. Corte Estadual.

2. Da análise do resultado do exame de saúde emitido pelo próprio IPAD, constata-se que o autor possui acuidade visual de 0.7 no olho direito e de 0.8 no olho esquerdo, índices superiores ao mínimo de 0.5 exigido pela norma editalícia, devendo ser considerado o candidato apto pelo exame de saúde.

3. Conforme posicionamento pacífico deste e. Tribunal de Justiça, os honorários de sucumbência não podem ser arbitrados em valor ínfimo, pois isso resultaria em verdadeiro aviltamento do exercício da advocacia, função esta essencial à Justiça.

4. Nessa contextura, *in casu*, não refoge aos parâmetros estabelecidos pelo código de ritos a condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios no valor de 600,00 (seiscentos reais).

5. Remessa necessária improvida, prejudicado o apelo voluntário.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

193
OK

2. Em apertada síntese, defende o embargante que a nulidade de citação para contestar trata-se de nulidade absoluta, podendo ser arguida a qualquer tempo e grau de jurisdição.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife, 27 de MAIO de 2014.

Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Relator



lag

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração na Apelação/Reexame Necessário n. 0014227-66.2008.8.17.0001 (0267425-7)

Embargante: Estado de Pernambuco

Procurador: André Souza

Embargado: Aluizio de Moraes Ferreira

Advogado: Ana Patrícia Vieira de Almeida

Relator: Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

VOTO

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REDISCUSSÃO DA LIDE. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS.

I - Conforme assente, os casos previstos para manifestação dos aclaratórios são específicos, de modo que somente são admissíveis quando houver, ainda que para efeito de prequestionamento, obscuridade, contradição ou omissão em questão (pontos controvertidos) sobre a qual deveria o órgão julgador pronunciar-se necessariamente.

II - Não se pode, por meio de embargos de declaração, obter modificação ou anulação do julgado, senão mero esclarecimento ou suprimento de lacuna, de forma a rechaçar quaisquer equívocos na interpretação ou execução do ato decisional.

III - Rejeição dos embargos. Decisão unânime.

Vistos e examinados etc.

1. Alegando a suposta violação a dispositivos legais pelo Acórdão de fls. 166/167, adveniente do julgamento do recurso de Apelação nº 0267425-7, o Embargante opôs os presentes aclaratórios, objetivando a declaração do julgado.

Sem nenhuma razão, contudo.

2. Inexiste qualquer obscuridade, omissão ou contradição no Acórdão embargado, a justificar o pedido de declaração, uma vez que os pontos relevantes da lide foram apreciados, de modo claro, pelo *decisum*, ora recorrido.

3. Conforme assente, a função dos embargos de declaração deve ser, unicamente, afastar do julgado qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

200

contradição entre premissa argumentada e a conclusão assumida, resumindo-se assim em complementar o julgado atacado, afastando-lhe vícios de compreensão.

Em outras palavras, os casos previstos para manifestação dos aclaratórios são específicos, de modo que somente são admissíveis quando houver, ainda que para efeito de prequestionamento, obscuridade, contradição ou omissão em questão (pontos controvertidos) sobre a qual deveria o órgão julgador pronunciar-se necessariamente.

Por essa via, portanto, não se pode obter modificação ou anulação do julgado embargado, senão mero esclarecimento ou suprimento de lacuna, de forma a rechaçar quaisquer equívocos na interpretação ou execução do ato decisional.

4. Na espécie, os presentes embargos mostram-se interpostos indevidamente, pois estão sendo manuseados com o nítido propósito de rediscutir a lide já apreciada exaustivamente por esta col. Câmara de Direito Público.

5. Posto isso, incorrente qualquer omissão, contradição ou obscuridade e sabido que os aclaratórios não constituem meio hábil ao reexame da causa, REJEITO OS EMBARGOS, mormente em se sabendo que a questão do desacerto ou injustiça da decisão - só para argumentar - não desafia pedido de sua declaração (recurso de integração), e sim recurso de reforma ou modificação.

É como VOTO.

Recife, 27 de Maio de 2014.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator